

## ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR FRENTE AO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 1.º E 2.º ANOS DAS SÉRIES INICIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Raquel Vasco dos Santos Cunha<sup>1</sup>

Gilmar Alves de Farias<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Para entender melhor como se dá a atuação pedagógica do(a) professor(a) diante do contexto socioeconômico, no qual a instituição escolar e os seus respectivos alunos estão inseridos, é necessário primeiramente entender o que seria essencialmente tal contexto socioeconômico, se essa situação interfere no âmbito educacional, sendo assim, de que forma ela interfere, e, a partir desse levantamento, chegar ao ponto principal que está sendo desenvolvido: Atuação pedagógica do professor diante da realidade educacional atual brasileira.

Com isso, é importante elucidar que a educação no Brasil, tal como o contexto social e econômico, se apresenta de maneira diversificada em cada região do país. Vale ressaltar, que a Constituição Federal Brasileira, de 1988, capítulo III, seção I da educação, Art.205, garante que a educação é um direito de todos. Porém, o que na verdade se observa é que essa educação se dá de forma inteiramente desigual tanto entre as

---

1 Raquel Vasco dos Santos Cunha- Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação - FACED da Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: raqcunha0@gmail.com.

2 Gilmar Alves de Farias- Professor da Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza - CE. E-mail: profgilfarias@hotmail.com

classes sociais, ricos e pobres, como também de região para região do país e até mesmo, de forma alarmante, entre diferentes bairros de uma mesma cidade.

O presente artigo visa analisar como o contexto social e econômico interfere na educação e no processo ensino-aprendizagem dos alunos e quais são os desafios e possibilidades do(a) professor(a) diante dessa realidade. Assim, ele procura descrever como ocorre a educação na escola pública, analisando, sobretudo, o comportamento do(a) professor(a), sob a perspectiva das implicações socioeconômicas que estão inseridas nessa mesma educação. Com efeito, esse estudo tem também por objetivo identificar como o(a) professor(a) atua frente às situações de vulnerabilidade social e econômica dos seus alunos, não podendo ser ignoradas por ele, pois refletem na formação educacional dos discente e, conseqüentemente, no seu trabalho como educador.

Além de, observar quais as dificuldades que são enfrentadas diariamente por este profissional e quais as possibilidades que surgem a partir da intenção de contribuir para que a educação se apresente de forma acessível aos seus alunos.

## 2. JUSTIFICATIVA

Esse projeto surgiu a partir de uma frase dita por uma professora que lecionava em uma sala de aula do 1.º ano do ensino médio. Ela exclamou exausta em tom irônico, dizendo: “*Na faculdade, não me ensinaram a lidar com essa situação!*”. O contexto da frase se deu em meio a uma sala de aula com mais de 40 alunos que estavam conversando alto e sem prestar atenção na aula, em uma escola estadual que abrigava jovens de todos os bairros circunvizinhos, muitos em situação de vulnerabilidade social.

O fato é que muitos professores se encontram despreparado para agir diante da deficiência do ensino público brasileiro. A formação discente nas universidades é bastante ampla e, na maioria dos casos, não deixa a desejar quanto à formação de um bom profissional letrado no currículo teórico. Entretanto, quando o(a) professor(a) se apresenta em sala de aula,

ele(a) se depara com certas dificuldades que estão paralelas à educação, como a falta de recursos básicos na escola, salas de aulas hiperlotadas, e individualidade de comportamento dos seus alunos, que é muitas vezes resultado do contexto social em que ele vive.

Diante disso, é necessário entender que a ideia romantizada que nós temos da relação professor-aluno ou professor-escola nem sempre é condizente com a realidade social, ou seja, nem sempre o professor terá a oportunidade de simplesmente ministrar sua aula em uma sala com a quantidade moderada de alunos e trabalhar em uma instituição de ensino que atenda a todas as necessidades básicas dos estudantes. Com isso, apesar de haver disciplinas de práticas pedagógicas e estágios como componentes obrigatórios para a formação do educador, ainda sim, ele, em diversos casos, se encontra despreparado para lidar com o meio. Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa surge como um estudo que partindo da observação da realidade concreta e com base nos estudos já feitos por grandes pensadores, pretende descrever as dificuldades encontradas pelo(a) professor(a) e, a partir daí, quais as possibilidades que poderão ser desenvolvidas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

### 3. EDUCAÇÃO: QUESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Para entender como a questão social e econômica reflete na aprendizagem dentro de sala e, posteriormente, no comportamento do professor perante a essa realidade social é necessário falarmos primeiramente de como se dá a educação no país. Para isso, é importante regredirmos as raízes históricas de como desde o descobrimento do Brasil por Portugal a educação se apresenta e como a mesma se caracteriza nos dias atuais.

#### **3.1 Educação: contexto histórico brasileiro**

Ao voltarmos ao período colonial (1500-1822), é possível observar que a educação tinha, sobretudo, o objetivo de propagar a visão do colonizador. As primeiras instituições de ensino no Brasil eram ministradas pelos jesuítas que possuíam a função de catequizar os índios encontrados aqui e consolidar o domínio de Portugal sobre o Brasil através da educa-

ção que, por sua vez, tinha o papel de implementar a religião católica e o modelo econômico de Portugal. Assim, em 1570, quando se dá início a principal fase da educação jesuíta no Brasil, houve uma grande segregação do índio e dos mais pobres no que se refere à acessibilidade do ensino, pois a educação se destinava à formação da elite, privilegiando as famílias aristocratas da época. Com efeito, a educação chegou às classes sociais mais pobres de forma inteiramente desigual e passou a ser o meio pelo qual a classe dominante conservava os seus interesses para a manutenção de uma sociedade escravocrata e de exploração.

Seguindo a análise até o período imperial, mesmo após a independência política do Brasil, é possível observar que não houve significativas mudanças na sociedade, pois a maior parte da população continuou sendo subjugada e explorada pela elite. O acesso à educação, portanto, permaneceu, nesse período, restrita à classe dominante.

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808, houve a criação de vários cursos superiores. Contudo, a educação primária e secundária continuou sendo esquecida pelas autoridades, ou seja, a educação que se destinava à população permaneceu sendo ignorada, pois não fazia parte dos interesses burgueses. Sendo assim, a carência do ensino básico resultou em um alto número de crianças analfabetas, que não tiveram acesso à educação. Vale ressaltar, os seguintes dados que mostram o índice de analfabetismo no Brasil entre crianças de 5 (cinco) anos ou mais no período de 1872 a 2000.

**Tabela 1. Evolução do número de analfabetos e da taxa de analfabetismo da população de 5 anos ou mais, segundo os Censos Demográficos. Brasil (1872 % 2000).**

| Ano do Censo | População (5 anos ou mais) |                  |             |
|--------------|----------------------------|------------------|-------------|
|              | Total                      | Não alfabetizada |             |
|              |                            | Quantidade       | Porcentagem |
| 1872         | 8.854.774                  | 7.290.293        | 82,3        |
| 1890         | 12.212.125                 | 10.091.566       | 82,6        |
| 1920         | 26.042.442                 | 18.549.085       | 71,2        |
| 1940         | 34.796.665                 | 21.295.490       | 61,2        |
| 1950         | 43.573.517                 | 24.907.696       | 57,2        |
| 1960         | 58.997.981                 | 27.578.971       | 46,7        |
| 1970         | 79.327.231                 | 30.718.597       | 38,7        |
| 1980         | 102.579.006                | 32.731.347       | 31,9        |
| 1991         | 130.283.402                | 31.580.488       | 24,2        |
| 2000         | 153.423.442                | 25.665.393       | 16,7        |

Fonte: Ferraro, 2002, p. 34.

Em 1871, no ano anterior ao primeiro recenseamento realizado no Brasil, o Reino da Prússia, por exemplo, já apresentava uma taxa de analfabetismo de apenas 15% entre a população de mais de 10 anos [...]. No ano seguinte (1872), o primeiro censo brasileiro daria, para a população de cinco anos ou mais, uma taxa de analfabetismo da ordem de 82,3%. Pode-se estimar que, para a população de mais de 10 anos, essa taxa devia estar em torno de 78%. (FERRARO, 2004, p. 112)

No período republicano que se iniciou em 1889 com o advento do golpe militar e da proclamação da república, e, que se estende até os dias atuais, é possível identificar que as formas de dominação da elite sobre a população mais pobre apenas sofreu uma reordenação, pois o seu objetivo principal continuou o mesmo: propagar os interesses burgueses.

Agora, a hierarquização social tem o domínio das oligarquias cafeeiras que participavam da política café com leite. Nesse sentido, a educação permaneceu praticamente inalterada no que se refere ao acesso à população, pois se o interesse das camadas sociais privilegiadas era a manutenção da cultura rural para os lucros do comércio cafeeiro, não havia necessidade de investimento na educação para a população menos abastada.

Com a revolução de 1930, o Brasil deixa de ter um modelo econômico agrário-exportador e passa a estabelecer os fundamentos para ser um país urbano-industrial, essa industrialização que culminou na Inglaterra no século XVIII se estabeleceu aqui apenas no final do século XIX, início do século XX. Nesse cenário, a educação começa a ser vista com maior atenção pelas autoridades visto que passou a ser um instrumento necessário para o desenvolvimento de um país industrializado. É durante esse período que o elevado número de crianças analfabetas começa pouco a pouco diminuir passando de 82,3% em 1872 para 71,2% em 1920 e, posteriormente, 61,2% em 1940 (FERRARO, 2002).

Em 1964, período da ditadura militar no Brasil, com o nacionalismo exacerbado é possível observar que continuou se acentuando a ideia de que a educação seria a chave para o desenvolvimento tecnológico e industrial que elevaria o Brasil. Entretanto, vale ressaltar que a constituição

de 1937 desobrigou o Estado de garantir a educação pública gratuita, ou seja, o ensino público se mantinha como pago e não havia diretrizes claras para a educação nacional.

Além disso, a educação no período da ditadura foi de diversas formas manipulada e reprimida de acordo com os interesses das autoridades para garantir a soberania do governo ditatorial. Do mesmo modo, havia uma grande dualidade do ensino brasileiro, pois enquanto que o ensino superior se reservava a elite, a população foi sendo direcionada apenas para o ensino profissionalizante que tinha o objetivo claro de atingir as expectativas do estado para o progresso do país no quesito urbano-industrial.

Assim, analisando o contexto histórico brasileiro, pode-se notar que a educação sempre se apresentou de forma desigual, priorizando a elite e colocando em segundo plano o ensino para a população em geral. Além disso, essa mesma educação foi se estabelecendo ao longo do tempo como meio pelo qual os interesses políticos se mantinham. Ainda hoje é possível observar que essa educação continua com o mesmo pilar que a sustentou desde o período colonial, isto é, desigualdade entre as camadas sociais para atingir as expectativas da classe dominante.

### **3.2 Educação brasileira atual**

A educação brasileira carrega uma longa história de avanços e retrocessos, como visto acima, que a moldaram durante o passar dos anos. Por muitos séculos ela foi reduzida a estar a serviço da classe alta. Hoje, século XXI, período em que vivemos a democracia, é possível notar que a educação se encontra de forma mais acessível ao comparar com os séculos anteriores. Contudo, essa educação está ainda muito distante e disponível de forma igualitária à população, na verdade, o que realmente se observa é que ela se apresenta de maneira desigual entre classes sociais e regiões diferentes pelo país. Por exemplo, o censo do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2017 revelou que os maiores índices de analfabetismo do país se encontram nas regiões norte e nordeste. Tal pesquisa comparou os dados de 2016 em função do ano de 2017 e concluiu que:

[...] Considerando as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo diminuiu na Região Norte, Sudeste e Centro-Oeste, mantendo-se estável nas demais regiões. Cabe destacar que tal indicador reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 8% e 14,5%, respectivamente, para pessoas com 15 anos ou mais de idade, frente a taxa de 3,5% nas Regiões Sudeste e Sul e a taxa de 5,2% na Região Centro-Oeste. Adicionalmente, na Região Nordeste, 38,6% da população de 60 anos ou mais não sabia ler ou escrever um bilhete simples, sendo quase quatro vezes maior que a taxa do Sudeste para o mesmo grupo etário, 10,6% em 2017. (IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS CONTÍNUA 2016-2017)

Sendo assim, quando falamos em acesso à educação de qualidade no Brasil, é possível observar que há desigualdades em vários aspectos. Entre eles, além das disparidades regionais como acima mencionado, também se podem considerar as desigualdades existentes no ensino entre homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres. Todos esses fatores sofrem ainda com a variável da idade. Por exemplo, a mesma pesquisa sobre educação feita pelo PNAD em 2017 revelou que a frequência escolar do sexo feminino entre 15 a 17 anos apresentou superioridade em relação ao sexo masculino da mesma faixa etária. Porém, ao analisarmos a pesquisa, considerando a frequência escolar no ensino superior do sexo feminino e masculino da faixa etária entre 18 a 24 anos, veremos que o resultado mostra que, ainda que prevaleça a superioridade feminina quanto ao sexo masculino, contudo esse índice diminui consideravelmente de 73,5% (mulheres entre 15 a 17 anos) para 26,8% (mulheres entre 18 a 24 anos) (PNAD, 2017). Por outro lado, esses dados são ainda mais preocupantes, ao se considerar que independe da faixa etária a população preta ou parda está em constante inferioridade ao analisar a frequência escolar, tanto no ano de 2016 quanto no ano 2017, em relação à população de cor branca.

### População de 15 a 17 anos de idade:

Entre as mulheres dessa faixa etária, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 73,5%, maior do que a observada entre os homens (63,5%). Entre as pessoas brancas, essa taxa foi 76,4%, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 63,5%. (IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA 2016-2017)

### População de 18 a 24 anos de idade:

Ao avaliar a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino superior, nota-se que 23,2% das pessoas de 18 a 24 se encontravam nessa etapa de ensino, percentagem sem variação frente a 2016. Para as mulheres essa taxa foi 26,8%, 1p.p. menor que a de 2016, enquanto para os homens foi 19,7%, valor estável em relação a 2016. Entre as pessoas de cor branca a taxa foi 32,9%, e entre as pessoas de cor preta ou parda foi 16,7%, ambas sem variações significativas frente a 2016. Todavia, a taxa ajustada para as pessoas pretas ou pardas permaneceu quase a metade da taxa das pessoas de cor branca. (IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE TRABALHO E RENDIMENTO, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA 2016-2017.)

As desigualdades da educação brasileira também aparecem, ao se considerar o ensino ofertado pela rede pública e pela rede privada. O portal de notícias da emissora brasileira de comunicação globo publicou uma reportagem em 2012 que relatou as diferenças entre o ensino público e privado no Brasil, segundo dados do PISA (Programa for International Student Assessment/Programa Internacional de Avaliação de Alunos), ressaltando que:

De acordo com dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o Brasil é um dos 26 países analisados com maior desigualdade de desempenho entre o ensino público e o privado, ficando atrás apenas do Catar, Quirguistão e Panamá. As diferenças

na condição socioeconômica dos alunos são os principais determinantes da variação de desempenho, segundo o levantamento. (Reportagem de Pedro Cunha e Alex Araújo, do G1 MG, Vanessa Fajardo e Paulo Guilherme, do G1 em São Paulo-2012)

Todas essas diferenças são características predominantes da educação atual brasileira. A evolução do ensino no país diante do processo histórico é bastante relevante visto que há alguns séculos ou até há mesmo décadas o ensino se apresentava de forma ainda mais desigual. Por isso, é importante ressaltar que a educação tem progredido em alguns aspectos. O censo do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2017, avaliando os anos iniciais da etapa escolar da rede pública de ensino, mostrou que o país superabundou à meta que era de 5,2 chegando a 5,7. Mesmo não alcançando a média nacional (6,0), conquistou, entretanto, certo avanço ao comparar com o ano de 2015. Por outro lado, a situação quanto ao ensino médio ainda está em alerta, pois estando distante da média nacional: também não foi alcançada a meta de 4,4, chegando apenas a 3,5 em 2017 (QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep 2017).

Desse modo, o que se conclui é que a educação brasileira sofre com grandes desigualdades sociais devido a um processo histórico cultural que por muito colocou a educação popular em último plano. Ainda hoje, as políticas públicas deixam a desejar quanto ao desenvolvimento da área da educação e isso interfere em outros agravantes sociais como, por exemplo, o aumento da criminalidade.

O que se espera é que nos próximos anos haja cada vez menos desigualdades para que a educação se dê de forma mais igualitária entre a população brasileira oferecendo oportunidades para as crianças, jovens e adultos rumo a uma nação cada vez melhor que busca, futuramente, passar de um país em desenvolvimento para um país desenvolvido.

#### 4. A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA NA EDUCAÇÃO

Ao avaliar o processo histórico e a educação atual brasileira, nota-se que houve progressos e retrocessos, sendo essa educação guiada, infeliz-

mente, muitas vezes, pelas desigualdades sociais. Nesse sentido, surge a seguinte pergunta: o contexto social e econômico do estudante interfere de alguma forma no processo ensino-aprendizagem? Para responder essa pergunta, o presente projeto partirá do pressuposto que o contexto social e econômico apresentados aqui se refere ao ambiente em que o indivíduo vive e as características que ele adquire a partir desse convívio, a organização familiar na qual ele está inserido, tal como as condições financeiras que o envolvem.

#### **4.1 Influências socioeconômicas na educação do discente**

Durante algum tempo a criança foi considerada como uma tabula rasa, ou seja, um indivíduo que se apresenta como uma folha em branco e a função do professor seria tão somente depositar conhecimento sobre a criança. Um dos primeiros teóricos a ir contra essa concepção foi o biólogo suíço Jean Piaget que apresentou importantes contribuições para a psicologia e para a educação. Em suas análises, ele observou que a criança não era apenas um depósito de conhecimentos, mas que ela interagia com o meio. Após isso, muitos outros estudiosos apresentaram suas contribuições, seguindo a mesma linha de raciocínio de Piaget.

Entre eles, o psicólogo e pesquisador Lev Vigotsky (1896 – 1934) apresentou seus estudos indicando que o desenvolvimento infantil é pautado pela relação entre a criança e o ambiente. Sua teoria afirma que antes mesmo de a criança chegar à creche, à escola ou ter qualquer relação com alguma instituição de ensino ou professor, ela já teve seus primeiros contatos sociais, principalmente, com a família e com o ambiente em que ela está situada, essas são suas primeiras interações. Assim, para o autor, o processo de desenvolvimento ocorre de fora para dentro.

Com isso, pode-se concluir que a criança quando vai para a escola, ela age de acordo com suas características próprias, isto é, ela se apresenta não como um papel em branco, mas como alguém que possui um contexto social o qual, muitas vezes, está ligado com vulnerabilidades sociais que implicam diretamente no processo ensino-aprendizagem. Uma pesquisa promovida pela Fundação Tide Setúbal, em parceria com

a Fundação Itaú Social e o UNICEF e com a coordenação do CENPEC na cidade de São Paulo entre 2009 e 2010, constatou que:

A pesquisa mostra que, em escolas em áreas mais vulneráveis, somente 10% dos estudantes têm desempenho adequado. Quando o entorno não é vulnerável, essa porcentagem é de 24%. Os dados foram coletados num universo de 61 escolas públicas da região da subprefeitura de São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo (SP), que atendem 88 mil alunos. [...] O cruzamento dos dados revelou também que alunos com o mesmo nível sociocultural apresentam desempenho escolar diferente de acordo com a localização da escola onde estudam. (Pesquisa realizada pela Fundação Tide Setúbal, em parceria com a Fundação Itaú Social e o UNICEF e com coordenação do CENPEC entre 2009 e 2010. Disponível em: <https://fundacao-tidesetubal.org.br/noticias/2540/pesquisa-inedita-revela-o-efeito-do-territorio-na-educacao>).

Sendo assim, a situação social na qual a criança se encontra reflete no seu comportamento e no seu desempenho dentro da sala de aula. Por exemplo, para efeito de maior compreensão acerca do assunto, vale ressaltar o resultado que o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) constatou em 2004, ao analisar mais profundamente os resultados de uma determinada prova de leitura. Junto com a prova também foi distribuído entre as crianças da mesma turma, isto é, da 3.º série do fundamental, um questionário sobre a condição de vida do estudante, sobre a sua dedicação à escola e a escolaridade dos seus pais.

Segundo a supervisora de ensino Izabel Sadalla Grispino, autora do artigo “O nível socioeconômico e a aprendizagem,” publicado em 2005, no qual a mesma ressalta os dados da Saresp acima mencionados, os resultados da avaliação se deram da seguinte forma: “O desempenho geral da série, sem levar em conta a condição dos estudantes, foi de 0,3% no nível ótimo de leitura, 5,8% no muito bom, 27,1% no bom, 37,7% no regular, 12,1% no insuficiente e 17,1% no abaixo do insuficiente” (GRISPINO, 2005). Entretanto, o que chama a atenção na pesquisa é que, ao associar

o questionário com as perguntas de apuração de nível socioeconômico dos estudantes ao resultado da prova de leitura dado como insuficiente ou abaixo do insuficiente que somaram 29,2%, o estudo apurou que:

[..]mais de 60% dos alunos que vivem em casas sem luz elétrica, por exemplo, ficaram em níveis de leitura insuficiente ou abaixo de insuficiente. As notas ruins se repetem entre os que moram em ruas sem calçamento ou casas que não têm água encanada. A escolaridade dos pais também revelou consequência ao desempenho do aluno na prova. Mais de 54% das crianças cujas mães ou pais nunca estudaram estão nos piores níveis, significando que elas não são capazes de ler qualquer tipo de texto apresentado no exame, mesmo tendo, no mínimo, 9 anos de idade; a maioria tem mais. Quando os pais cursaram o ensino superior ou mesmo o ensino médio, mais de 40% dos filhos estão nos níveis bom, muito bom e ótimo de leitura. Já compreendem trechos de reportagens, fábulas, propagandas em histórias em quadrinhos. (GRISPINO, 2005)

Dessa forma, pode-se observar que o desempenho escolar do estudante sofre com a influência do contexto socioeconômico no qual ele vive.

#### **4.2 Influência da infraestrutura escolar na educação do discente**

Vale ressaltar que as condições escolares oferecidas aos discentes também influenciam o seu desempenho. O retrato de uma parte considerável das escolas públicas brasileiras mostra o descaso quanto à educação. A falta de infraestrutura limita o acesso da criança a uma educação de qualidade, impedindo-a de alcançar seu pleno desenvolvimento. Desse modo, é importante destacar a seguinte observação:

[...] Quanto melhor a infraestrutura escolar, melhor será o ambiente de estudo, o que favorecerá o desempenho discente. Neste respeito, Sátyro (SÁTYRO et al, 2007) destaca que “a infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação” (p.3), sendo necessário conhecer melhor a condição atual das escolas do país. (REGIS; GOMES, 2012, p.4)

Com efeito, é importante a compreensão de que a escola é o lugar em que a criança se concentra a maior parte do tempo. Os estudantes brasileiros passam no mínimo 4 horas por dia na escola, são 20 horas semanais e 80 mensais. Esse número se multiplica ao considerar o tempo ofertado nas escolas de ensino integral, os educandos permanecem em média 10 horas por dia, ou seja, 50 horas semanais, chegando a 200 horas mensais.

A atuação da escola e a presença do maior número de atividades educacionais diversas promovidas pela mesma são muito importantes na vida dos indivíduos. Permanecer o maior número de horas possíveis dentro de um espaço de educação como é a escola fortalece não só a carreira acadêmica da criança ou jovem como também desenvolve muitas outras áreas da vida do estudante. Contudo, uma boa infraestrutura faz-se necessária para promover o desenvolvimento amplo do estudante, não só criando atividades, mas também gerando as condições necessárias para que elas venham a acontecer.

## 5. INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS NO TRABALHO DO DOCENTE

Após analisar o panorama histórico da educação brasileira e como ele se dá nos dias atuais e também, posteriormente, considerar as influências socioeconômicas que interferem no processo ensino-aprendizagem dos discentes, podemos então dar o devido enfoque ao estudo de como ocorre a atuação pedagógica do(a) professor(a) frente às vulnerabilidades sociais enfrentadas por seus alunos, compreendendo a realidade, os desafios e as possibilidades.

### 5.1 A realidade do trabalho do professor no Brasil

A realidade educacional brasileira não atinge somente o aluno, mas também influencia diretamente o trabalho do professor em prol dos estudantes. Além de contar com a má remuneração de salário, o professor também é atingido pela falta de condições necessárias para ensinar seu aluno, além de ser surpreendido pelas suas próprias necessidades. Por exemplo, para se analisar mais detalhadamente essa questão é interessante

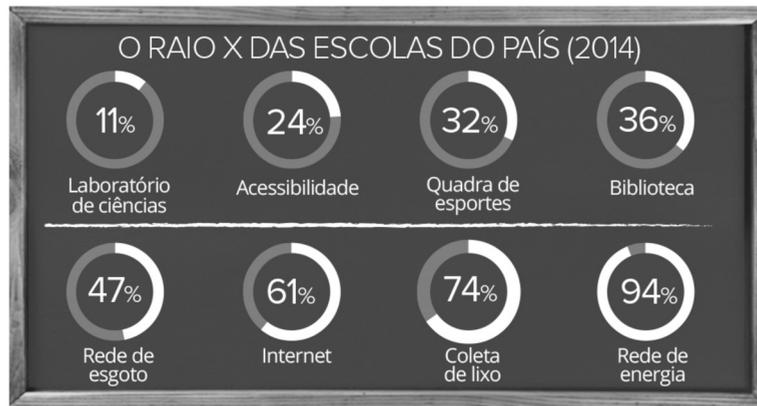
ressaltar as informações registradas pelo Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2003, para o estudo “Estatísticas dos Professores no Brasil” com base em dados do Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) que dizem o seguinte:

As condições de trabalho em relação à infraestrutura das escolas da educação básica variam de acordo com a região sendo, de modo geral, insuficientes. Nas escolas públicas brasileiras, 45% dos professores atuam em escolas sem biblioteca. Na Região Nordeste, essa é a realidade para 66% dos mestres. A existência de laboratório de Ciências, para aulas práticas, configura-se no pior indicador de infraestrutura. No País, 80% dos docentes trabalham em escolas que não contam com esse suporte pedagógico. Nas Regiões Norte e Nordeste, esta situação atinge 94% dos profissionais. (Inep/Mec. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4A-QV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-situacao-do-professor-brasileiro/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4A-QV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-situacao-do-professor-brasileiro/21206))

A falta de estrutura ofertada nas escolas restringe o trabalho do professor e, conseqüentemente, também limita a aprendizagem do aluno. O mesmo estudo realizado pelo Inep, em 2003, mostra que “o número de alunos por turma também é considerado elevado em todos os níveis de ensino”. Ou seja, a falta de estrutura nas escolas vai muito além das condições físicas, tamanho da escola ou ter espaços adequados para o estudo como a biblioteca, laboratório de informática e ciências. A demanda alta de estudantes e pouco investimento para espaços maiores e profissionais qualificados também dificultam o trabalho do professor responsável, que fica sobrecarregado ao cuidar de um número elevado de alunos com poucas condições para isso.

O profissional de educação no Brasil se depara muitas vezes com condições muito precárias da escola que o impossibilitam de realizar seu trabalho. A reportagem “Raio X das escolas do país”, realizada pelos jornalistas Thiago Reis e Ana Carolina Moreno em 2014 para o portal

de comunicação brasileiro na internet G1 em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela Fundação Lemann junto com a fundação Meritt, responsáveis pelo portal QEdu, mostraram a situação das escolas brasileiras, analisando que apenas 11% das escolas possuem laboratório de ciências, a sequência do resultado da pesquisa está na tabela abaixo:



Para o professor ou qualquer profissional é muito difícil trabalhar com essas condições que são maioria nas escolas do país. Infelizmente, essa é a realidade de boa parte das escolas públicas brasileiras que contam com o descaso público.

Fato é que existem escolas com boas condições que dão suporte ao trabalho realizado pelo professor. O estado do Ceará tem sido referência no quesito educação pública no país, os dados do Ideb 2018 revelam que 82 das 100 melhores escolas públicas dos anos iniciais de formação, 1.º ao 5.º ano do fundamental, estão no Ceará; e nos anos finais, ensino médio, são 54 escolas do estado que estão entre as melhores do país.

Infelizmente, o que se observa é que bons resultados como os verificados no estado do Ceará são minoria, sobretudo, ao se comparar com a qualidade do ensino ofertado em outros estados, principalmente do norte e nordeste, também nas áreas rurais do país e em bairros de vulnerabilidades sociais.

## 5.2 Desafios do professor frente à realidade

Diante da dura realidade educacional do país, o professor precisa lidar com desafios que vão além da estrutura das escolas, isto é, o desafio de entender o contexto social do aluno e agir de maneira adaptável para desenvolver seu potencial na escola. O estudante se comporta em sala de acordo com sua percepção de mundo. Ou seja, suas vulnerabilidades sociais influenciam no seu desempenho, como antes já explicado, por isso o professor, ao executar seu trabalho, que é ensinar se depara com tais condições, isto é, dificuldades dos seus alunos que são na maioria das vezes características predominantes da realidade social na qual estão inseridos. Sendo assim, vale ressaltar que:

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, expostas à violência, ao uso de entorpecentes, a maus-tratos, exploração, a um quadro de extrema pobreza e carências alimentares tendem a ter o seu desenvolvimento escolar prejudicado, com baixo desempenho, elevado índice de faltas e evasão escolar. (SILVA; RAPOPORT, 2013)

O fato é que não é possível ignorar tal contexto já que ele faz parte da vida do educando e, se ignorados, não resultará ainda na eficácia do processo ensino-aprendizagem.

O contexto social que implica nas ações da criança e/ou jovem é diverso. Podem ser problemas de origem financeira, familiar ou podem originar-se a partir de qualquer outro agravante, mas, ainda sim, as práticas didáticas adotadas pelo(a) professor(a), nesses casos, são adaptáveis de acordo com a realidade que ele presencia. Por exemplo, as mesmas práticas didáticas escolares adotadas em uma escola com boa infraestrutura, número moderado de alunos em sala e que está localizada em um bairro classe média, não poderão ser adotadas em uma escola com infraestrutura precária, superlotação de alunos e que está localizada em um bairro classe baixa. Isso ocorre, pois, de acordo com que o ambiente muda, o professor precisa se adaptar aquela realidade para obter êxito.

Desse modo, o desafio do professor está para além de quais assuntos deve abordar para o melhor desenvolvimento acadêmico do aluno. Seu desafio consiste em pensar quais práticas adotar, partindo da realidade concreta, que possibilitarão com que o educando aprenda de forma mais plena possível o conhecimento proposto. Muitas vezes, o professor precisa ser bastante paciente para encarar a realidade dentro de sala e desenvolver estratégias que possibilitem uma melhor compreensão dos seus alunos, precisa entender e se colocar no lugar do aluno para então realizar sua função, ensinar.

### **5.3 Possibilidades desenvolvidas pelo professor**

A partir dos desafios apresentados ao professor de escola pública no Brasil, surgem também possibilidades e estratégias que têm impactos positivos na vida dos estudantes e na educação em geral.

Com efeito, o professor possui papel singular para a melhoria da educação no país, mesmo com o descaso por parte do estado, ainda sim há possibilidades de melhorar o ensino, de alguma forma facilitando o acesso à educação. A pedagoga Maristela Elisabete Cosmo Benatto traz a seguinte perspectiva quanto ao assunto:

Em um contexto de vulnerabilidade, a simples transmissão de conhecimentos de forma vertical pode ser desestimulante ao aluno, ampliando os índices de faltas e abandono da escola. É necessário, portanto, que os professores tenham em sua formação acadêmica inicial e continuada o treinamento em práticas metodológicas que estimulem a construção coletiva do conhecimento, que promovam o interesse do aluno pelas atividades desenvolvidas, que sejam inclusivas e que valorizem o potencial de cada indivíduo. O professor deve ainda ser capacitado para o desenvolvimento de práticas intersetoriais, que promovam a redução das vulnerabilidades sociais e ampliem a relação de confiança existente entre discentes e docentes. (BENATTO, 2016, p.39)

Sendo assim, é importante o desenvolvimento de estratégias para melhorar o ensino diante das condições sociais adversas. Essas estra-

tégias são criadas e desenvolvidas pelo professor de acordo com suas necessidades dentro de sala, logo, não há métodos pedagógicos fixos, pois as estratégias sofrem variação de acordo com a realidade. Entretanto, é importante trazer essa realidade para próximo do professor dentro ainda da faculdade e até mesmo após a conclusão do seu curso. Nesse sentido, a pedagoga Maristela Elisabete Cosmo Benatto apresenta o seguinte estudo:

Em se tratando da importância da formação dos professores para enfrentamento das vulnerabilidades sociais, um estudo realizado por Gontijo, Marques e Alves (2012), identificou mudanças nas perspectivas dos profissionais que passaram por um programa de formação de educadores relacionado à temática. Os docentes mudaram sua concepção acerca do papel do professor no processo educativo. Inicialmente eles entendiam que competia a eles mediar a construção do conhecimento e transformar a realidade vivenciada, porém não mencionavam a identificação das situações de vulnerabilidade. Após a realização do curso, todos reconheceram essa função de identificação e de busca por estratégias para minimizar e superar tais situações. (BENATTO, 2016, p. 40)

A pedagoga Maristela Elisabete também afirma que a preparação do profissional de educação quanto a assuntos pertinentes de contextos de vulnerabilidades sociais é importante para que o professor se encontre preparado para agir de forma adequada diante da situação.

Além disso, é importante que docentes sejam preparados para abordarem temas de grande importância em contextos de vulnerabilidade social, como o uso de entorpecentes, a gravidez na adolescência, a exploração do trabalho infantil, a criminalidade e a exploração de crianças e adolescentes, por exemplo. Neste processo deve ser estimulado o desenvolvimento de práticas preventivas, abrindo espaço para que o conhecimento não seja imposto, mas sim compartilhado e construído em conjunto. A realização de oficinas, de debates, de palestras, neste contexto, é de grande valia. (BENATTO, 2016, p. 40)

## 6. METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

Para tanto, o estudo do projeto em questão será feito em uma escola pública municipal de Fortaleza-CE, nos anos iniciais de formação, 1.º e 2.º anos do fundamental. No primeiro momento, será utilizado o método de observação do comportamento das crianças em sala de aula. Também será considerada a estrutura da escola ofertada aos seus estudantes, analisando se há lanche regularmente e se a estrutura da sala de aula está adequada para comportar número X de crianças, tudo isso visando ponderar a qualidade do ensino ofertado aos discentes e também se tal estrutura compromete o trabalho do(a) professor(a).

Concernente ao(à) professor(a) responsável da sala em análise, será utilizado o método de entrevista com o docente para entender melhor o tema principal em questão que é a atuação pedagógica do professor frente ao contexto socioeconômico dos seus alunos: desafios e possibilidades. Além disso, a presente pesquisa também se valerá dos estudos de obras literárias importantes que a fundamentem, tal como artigos acadêmicos, e outras pesquisas, seja tese, monografia ou TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

### CONSIDERAÇÕES

Sendo assim, o que se pode concluir é que a educação brasileira é marcada por desigualdades sociais históricas que refletem ainda hoje em nossa realidade atual. A educação no país, mesmo reconhecendo sua evolução durante os anos, sofre com as disparidades regionais, sociais e econômicas, além de, está à margem das políticas públicas que muitas vezes deixam a desejar. Desse modo, o que se percebe é que tais desigualdades repercutem no comportamento e no desempenho do discente em sala de aula, limitando seu acesso à educação e reduzindo suas chances de obter uma carreira acadêmica que se estenda ao nível superior.

Com isso, em meio a esse cenário, surge o papel do professor que mais do que simplesmente ensinar um determinado conteúdo, se depara

também com o contexto socioeconômico dos estudantes. Assim, a partir do momento que o profissional de educação se vê diante dessa dura realidade, faz-se necessário se adaptar a presente situação para que sua função inicial, que é ensinar, seja efetuada da forma mais eficaz possível visando desenvolver no discente o potencial necessário para que ele alcance seus objetivos na escola e como cidadão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Disponível em:

[http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao\\_federal\\_de\\_1988\\_-\\_da\\_educacao.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf)

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1384/1367>

<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00557.pdf>

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf)

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/ensino-medio-publico-tem-86-de-estudantes-de-familias-ricas-diz-ibge.html>

<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=5&grade=3&edition=2017>

<https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/2540/pesquisa-inedita-revela-o-efeito-do-territorio-na-educacao>

<http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/o-raio-x-das-escolas-do-pais.html>

[http://www.izabelsadalagrispino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1295](http://www.izabelsadalagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1295)

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)

<https://exame.abril.com.br/brasil/o-abismo-entre-escolas-publicas-e-privadas/>

[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AdaildaGomesDeOliveira\\_res\\_int\\_GT1.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/AdaildaGomesDeOliveira_res_int_GT1.pdf)

[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-situacao-do-professor-brasileiro/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-situacao-do-professor-brasileiro/21206)

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_ped\\_utfpr\\_maristelaelisabetecosmobenatto.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_utfpr_maristelaelisabetecosmobenatto.pdf)